



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA/SP

## INFORMAÇÕES PRELIMINARES

### OBJETO:

Contratação de empresa especializada em serviços de audiovisual, gestão de redes sociais, filmagem, edição de vídeos e imagens, finalização de vídeos, equipe de fotografia, gravação de *podcasts* e produção de conteúdos institucionais para a Câmara Municipal de Pedreira/SP.

O objeto em questão envolve atividades de caráter técnico-operacional e especializado, consistentes na captação, edição e gestão de conteúdos digitais e institucionais, voltados à divulgação das atividades legislativas, informativas e institucionais da Câmara Municipal, em consonância com o princípio da publicidade previsto no artigo 37, caput, da CF/1988 e às normas de transparência pública (Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação).

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/07/2026, ÀS 09H:00MIN

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 271.987,44 (DUZENTOS E SETENTA E UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

**EXCLUSIVA PARA ME E EPP: NÃO**

**ESCLARECIMENTOS:**

*E-mail:* [compras@camarapedreira.sp.gov.br](mailto:compras@camarapedreira.sp.gov.br)

**Telefone:** (19) 3893-3172

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

**Portal de Compras do Governo Federal - COMPRAS.GOV.BR -**  
<https://www.gov.br/compras/pt-br/>



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2026**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026**

#### **1. DO EDITAL**

Torna-se público que o município de Pedreira, Estado de São Paulo, por intermédio da **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA**, sediada na Rua Professor João Alvarenga, 75 - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 52.364.718/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Exmo. Sr. JOÃO RAFAEL CAVENAGHI, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em serviços de audiovisual, gestão de redes sociais, filmagem, edição de vídeos e imagens, finalização de vídeos, equipe de fotografia, gravação de *podcasts* e produção de conteúdos institucionais para a Câmara Municipal de Pedreira/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. A licitação será por **VALOR GLOBAL**, conforme Termo de Referência anexo.

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo de atividades pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições constantes neste Edital e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras Eletrônico utilizado pela Câmara Municipal de Pedreira ([www.camarapedreira.sp.gov.br](http://www.camarapedreira.sp.gov.br)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal de Compras em tempo hábil, antes do horário fixado no Edital para o encerramento de recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.6. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S/A), concorrendo entre si;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 3.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 4.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Câmara Municipal de Pedreira, Agente de Contratação denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Portal de Compras Eletrônicas do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das regras aplicáveis à matéria.
- 4.3. As comunicações prévias à sessão de disputa de lances, referentes ao certame serão disponibilizadas no site da Câmara Municipal de Pedreira, [www.camarapedreira.sp.gov.br](http://www.camarapedreira.sp.gov.br); no site do Portal de Compras Eletrônicas do Governo Federal, ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). As demais condições constam no presente edital e seus anexos.
- 4.4. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo(a) Pregoeiro(a), durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, ou pelo telefone (19) 3893-3172, ou ainda, através do e-mail [compras@camarapedreira.sp.gov.br](mailto:compras@camarapedreira.sp.gov.br)
- 4.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### **5. DO CREDENCIAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal de Compras Eletrônicas do Governo Federal, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 5.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 5.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal de Compras do Governo Federal.

- 5.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS.GOV a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.6. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- 5.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 5.8. É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
  - 5.8.1. A desclassificação de que trata o subitem 5.8, não ocorrerá nos casos em que for solicitado a inserção de planilhas, fichas técnicas, catálogos ou outros elementos, e esses terem sido anexados pela licitante sendo fabricante e a marca ofertada sendo o seu nome empresarial.
- 5.9. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, **porém os documentos de habilitação serão anexados juntos com a proposta e serão analisados após a fase de encerramento de julgamento das propostas.**
- 5.10. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

- 5.11. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.12. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 5.12.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
  - 5.12.2. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 5.12.3. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 5.12.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  - 5.12.5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.13. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.14. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em





# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 5.15. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.12 ou 5.14 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.16. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.18. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.
- 5.19. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobre tudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.
- 5.20. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, sendo que o registro da proposta pressupõe o pleno conhecimento, aceitação e atendimento das condições do



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Edital, inclusive com relação às quantidades, aos prazos, forma de execução dos serviços, forma de apresentação de declarações e documentos de habilitação.

- 6.2. A licitante deverá observar o descritivo do item, constante deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas presentes neste instrumento. A apresentação de proposta subentende que o licitante observou os descritivos e que cumpre plenamente as exigências do edital e seus anexos, não podendo alegar desconhecimento dessas disposições.
- 6.3. Cabe ao licitante se inteirar dos dados indispensáveis a apresentação da proposta, sendo que os preços a serem propostos deverão cobrir quaisquer despesas que incidam ou venham incidir sobre a execução do objeto deste certame ou quaisquer dificuldades inerentes.
- 6.4. **Nos preços deverão estar incluídos todos os custos necessários à execução dos serviços licitados na forma estabelecida neste edital, incluindo, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, emolumentos e deslocamento, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos serviços.**
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.8. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 6.9. A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.
- 6.10. O Licitante será responsável por todas as transações que forem



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

- 6.11. Os licitantes deverão ofertar preços de mercado para os serviços, sendo opcional à Administração verificar por meio de diligências, eventuais superfaturamentos ou discrepâncias nos preços obtidos na licitação e desclassificar as propostas inadequadas.
- 6.12. No preenchimento da proposta eletrônica deverão obrigatoriamente ser informadas no campo próprio os valores **unitários e totais** (com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula). A não inserção destas informações neste campo implicará a desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. Por ser prestação de serviços, não é exigido a apresentação de marca e modelo.
- 6.13. Não será admitida cotação inferior à quantidade e/ou tipo de serviço previsto neste Edital.
- 6.14. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 6.15. Ficará sujeita à aplicação das penalidades, a licitante que deixar de apresentar os documentos solicitados neste edital, ou apresentá-los de forma defeituosa, desde que constatada a má fé.
- 6.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 6.17. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6.18. O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará a desclassificação da proposta.

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas exclusivamente pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. **O lance deverá ser ofertado pelo menor valor total global, considerando o período de 12 (doze) meses.**
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "**aberto**", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

**7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 200,00 (duzentos reais)**

**7.10.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.**

7.7.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.10.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.7.10.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens/lotes anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.7.10.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, ficando certo que tal possibilidade não se mostra obrigacional, sendo mera faculdade do pregoeiro.

7.7.10.4. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 7.7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 7.7.17.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.18. **Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:**
- 7.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.7.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.7.18.2.2. Empresas brasileiras;
- 7.7.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 7.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.21. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.21.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.21.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.21.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.21.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 8.1.1. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, bem como o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP**, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))
- 8.1.3. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>)
- 8.1.4. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto neste edital.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.7. Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de **MENOR VALOR GLOBAL**.
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8.6. **É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**
- 8.8.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.7.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8.7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a(s) empresa(s) comprove(m) a exequibilidade da proposta.
- 8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.10. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11.1. Especificações constantes no Termo de Referência.

### **9. FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Os documentos necessários à habilitação, deverão ser inseridos no sistema, juntamente com a proposta de preços, e deverão estar com prazo vigente, na data definida para a sessão pública, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade.

9.1.2. Na análise da habilitação, serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da lei federal 14.133/2021.

### **9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA – REGISTRO CADASTRAL**

9.2.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.2.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.1.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.2.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

### 9.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 9.3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 9.3.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 9.3.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.3.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.3.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; e
- 9.3.1.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.3.1.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal.

### 9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- 9.4.1.1 Pessoa Jurídica - certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor das sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II.

### 9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL

- 9.5.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa licitante deverá apresentar:
- a) No mínimo **2 (dois) Atestados de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

timbrado, com identificação do emitente (razão social, CNPJ, endereço e assinatura do responsável), comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto desta licitação, abrangendo ao menos **2 (duas)** das seguintes atividades:

- produção audiovisual (filmagem e edição de vídeos);
- fotografia institucional;
- gestão de redes sociais;
- gravação e edição de podcasts.

b) O atestado poderá ter sido emitido por órgão ou entidade da Administração Pública **ou** por pessoa jurídica de direito privado, não sendo exigida experiência exclusiva com o setor público, em observância ao princípio da competitividade previsto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

c) Não será aceito atestado:

- emitido pela própria licitante em causa própria;
- emitido por empresa do mesmo grupo econômico ou controlada pela licitante;
- que não identifique claramente o objeto executado ou o período de execução.

d) A qualificação técnica ora exigida é proporcional à complexidade e ao valor estimado do objeto, não constituindo restrição indevida à competitividade do certame, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.5.1.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

9.5.1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

- 9.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
  - 9.8.1. A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - 9.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 9.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.12. Demais exigências de habilitação no Termo de Referência.

### **10. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

- 10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias** úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
  - 11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
  - 11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.
  - 11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
  - 11.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **12. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

- 12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação do licitante vencedor, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado para a autoridade superior que poderá:
  - 12.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades.
  - 12.1.2 Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - 12.1.3 Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
  - 12.1.4 Adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 12.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 12.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 12.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### 13. AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo IV deste edital, quando assim a lei o exigir.
- 13.2 Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 13.3 Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-à a Câmara Municipal, o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.4 O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência.
- 13.6 Se o caso, o fornecedor deverá garantir a substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações. E na sua substituição a reposição deverá ser por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, e com aprovação técnica.
- 13.7 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses.
- 13.7.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 13.8 Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 13.8.1 Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.
- 13.8.2 O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA.
- 13.8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.8.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 13.8.5 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 13.8.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 13.8.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 13.8.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice reajuste ou de índice substituto, se for o caso, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo, sendo o índice autorizado e oficial deste o IPCA.
- 13.8.9 O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico financeiro nas **situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis** – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção)



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

13.8.10 No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

13.9. Para fins do presente contrato, considera-se subcontratação o ato pelo qual a CONTRATADA transfere a terceiros, total ou parcialmente, a execução dos serviços objeto desta contratação, assumindo perante a CONTRATANTE responsabilidade integral pelos resultados produzidos pelo subcontratado.

§ 1º É vedada a subcontratação das atividades nucleares do objeto, assim consideradas:

I - gestão e publicação de conteúdos nas redes sociais oficiais da Câmara Municipal;

II - edição e finalização de vídeos institucionais; e

III - fotografia institucional de sessões e eventos

§ 2º - Admite-se subcontratação parcial, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, exclusivamente para atividades técnicas acessórias, tais como operação de aeronaves remotamente pilotadas (*drones*) e locação de espaços ou equipamentos de gravação, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

§ 3º - A empresa subcontratada deverá:

I - Não estar impedida de contratar com a Administração Pública;

II - Apresentar regularidade jurídica e fiscal, nos termos exigidos para a CONTRATADA;

III - Atender, no que couber, os requisitos técnicos aplicáveis à atividade subcontratada.

§ 4º — A subcontratação, ainda que autorizada, não transfere à CONTRATANTE qualquer responsabilidade em relação à empresa subcontratada, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração pela integralidade da execução contratual, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relacionadas aos prepostos subcontratados.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 5º - É absolutamente vedada a subcontratação total do objeto, hipótese que configurará inexecução contratual grave, sujeita às sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021.

§ 6º - A subcontratação não poderá ser utilizada como meio para suprir deficiência técnica ou irregularidade que teria impedido a CONTRATADA de participar ou vencer o certame licitatório.

### 14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. Os recursos financeiros destinados à execução do objeto desta licitação serão através da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária: 33.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Para os exercícios subsequentes, até o término do prazo contratual, as despesas correrão à conta de dotação orçamentária específica nas respectivas Leis Orçamentárias.

### 15. DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.1. O contrato será pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
- 15.2. A prestação de serviços deverá estar em estrita conformidade com as disposições do Termo de Referência e documentos correlatos (Anexos, Etc).
- 15.3. A Câmara Municipal de Pedreira reserva-se o direito de não receber no todo ou em parte dos serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório.

### 16. DO PAGAMENTO

- 16.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal em nome da Câmara Municipal de Pedreira, oportunidade em que deverá indicar, na nota fiscal, o código de serviço adequado ao serviço prestado, bem como ao objeto da contratação.
- 16.2. A CONTRATADA deverá realizar as devidas retenções na Nota Fiscal, no que couber.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

16.3. Conforme Decreto Municipal nº 3.435/2022 e suas eventuais alterações e conforme Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, a Administração procederá com a retenção do imposto de renda (IR) quando do pagamento das notas fiscais referentes à prestação de serviço/fornecimento de bens. Caso esta empresa seja isenta de tal retenção, deverá informar o enquadramento legal no corpo da nota fiscal que será emitida em função deste pedido de compra/ordem de serviço.

16.4. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

- I - Comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
- II - Comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;
- III - Comprovante da regularidade para com o FGTS;
- IV - Comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.

16.5. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

**Será emitida notificação pela CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória.**

### 17. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

17.1. Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n. 14.133/2021, comete infração administrativa o licitante ou contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, quais sejam:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

17.2. Para os responsáveis pela prática das infrações administrativas previstas no item acima serão aplicadas as sanções administrativas: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Pedreira e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.3. ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

17.4. MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do Pregão Eletrônico e compreenderá:

a) **multa de até 2% (dois por cento)** sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de descumprimentos pontuais ou de pequena relevância, que não comprometam de forma significativa a execução dos serviços;

b) **multa de até 5% (cinco por cento)** sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de descumprimentos que afetem a qualidade, a regularidade ou a tempestividade da execução contratual;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- c) **multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de inexecução parcial relevante ou reincidência em infrações anteriormente sancionadas;
- d) **multa de até 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, abandono contratual ou descumprimento grave que comprometa a finalidade pública da contratação;
- e) **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública, pelo prazo máximo previsto em lei, nas hipóteses de infrações graves, conforme disposto no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- f) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de condutas de extrema gravidade.
- g) As multas serão aplicadas segundo a gravidades do (s) descumprimento (s) verificados e reincidência.
- h) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos eventuais danos causados.

17.5. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o Município poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual.

17.6. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

17.7. Na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, a CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

17.8. **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta do Município de Pedreira/SP, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, nos termos do artigo 156, III, da Lei n. 14.133/2021, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, sem



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado.

17.9. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

17.10 É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a CONTRATANTE, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- d) declaração de inidoneidade;
  - d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 17.11. Além das penalidades citadas, a(s) CONTRATADA ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
- 17.12. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a(s) CONTRATADA(S), conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.
- 17.13. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 17.14. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

### 18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 18.12. A Gestão e a fiscalização administrativa serão exercidas por responsáveis designados pela Câmara Municipal de Pedreira.
- 18.13. Será de responsabilidade do Fiscal dar recebimento provisório da execução dos serviços, que procederá a conferência e verificação das quantidades e sua conformidade com as especificações neste Edital e da legislação de regência.
- 18.14. Constatadas irregularidades na execução, a Contratada será notificada e a Contratante poderá:
- 18.14.1. Se disser respeito à quantidade de serviço executado, especificação, vícios de qualidade, funcionamento ou impropriedade para uso, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - 18.14.2. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

- 18.14.3. Se disser respeito à diferença de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 18.14.4. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada, serão encaminhados os fatos ocorridos à autoridade superior, para apuração e responsabilização.
- 18.15. Caso não haja qualquer improbidade explícita, será emitido o Termo de recebimento que comprove a exatidão da prestação de serviços, para posterior apresentação de nota Fiscal, pela Contratada, para fins de pagamento.

### **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 19.12. O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico [www.camarapedreira.sp.gov.br](http://www.camarapedreira.sp.gov.br), no seguinte link: Licitações – Editais – Pregão Eletrônico.
- 19.13. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 19.14. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 19.15. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:
  - 19.15.1. Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o e-mail institucional da Câmara Municipal de Pedreira, a saber: [compras@camarapedreira.sp.gov.br](mailto:compras@camarapedreira.sp.gov.br)
- 19.16. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 19.17. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.18. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site de realização deste certame, ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.
- 19.19. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.12. A participação neste certame implica a aceitação integral e irretratável dos termos do Edital.
- 20.13. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil sub-sequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.15. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.16. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 20.17. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.18. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- 20.19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.20. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.21. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.22. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial desta Câmara Municipal de Pedreira, a saber: <https://camarapedreira.sp.gov.br/>, bem como no site de realização do certame, [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 20.23. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo.

### 21. ANEXOS

- 21.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;  
Apêndice do Anexo I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;  
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA;  
ANEXO III - DECLARAÇÃO; E  
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO  
ANEXO V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

Pedreira, 17 de junho de 2026.

**JOÃO RAFAEL CAVENAGHI**  
**- Presidente -**



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por escopo estabelecer os requisitos essenciais para a contratação de empresa especializada em serviços de audiovisual, gestão de redes sociais, filmagem, edição de vídeos e imagens, finalização de vídeos, equipe de fotografia, gravação de *podcasts* e produção de conteúdos institucionais para a Câmara Municipal de Pedreira/SP.

O objeto em questão envolve atividades de caráter técnico-operacional e especializado, consistentes na captação, edição e gestão de conteúdos digitais e institucionais, voltados à divulgação das atividades legislativas, informativas e institucionais da Câmara Municipal, em consonância com o princípio da publicidade previsto no artigo 37, caput, da CF/1988 e às normas de transparência pública (Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação).

#### 2. DO FUNDAMENTO LEGAL

O procedimento obedecerá às disposições vigentes: **I)** da Lei Federal nº. 14.133/2021; **II)** os ditames da Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso a informação); bem como, **III)** os princípios comezinhos que regulamentam a Administração pública, notadamente, aqueles consagrados pela Carta Magna de 1988, a saber: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência<sup>1</sup>.

#### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo suprir demanda institucional contínua da Câmara Municipal de Pedreira/SP, relacionada à produção de conteúdos audiovisuais, gerenciamento de redes sociais, fotografia e gravação de *podcasts*, todos voltados à divulgação oficial dos atos legislativos e administrativos, em atendimento ao princípio da publicidade (art. 37, caput, da CF/88) e à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Considerando que a estrutura interna da Câmara não dispõe de equipe técnica especializada nem de equipamentos adequados à execução direta das atividades mencionadas, mostra-se indispensável a contratação de empresa para garantir a plena transparência, eficiência comunicacional e preservação do acervo institucional.

---

<sup>1</sup> Artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, integrando a fase preparatória do procedimento licitatório, com descrição clara do objeto, definição das condições de execução, critérios de medição e parâmetros de fiscalização.

## **4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO E SUA IMPLEMENTAÇÃO**

*Considerando* que o princípio da publicidade integra os pilares fundamentais que norteiam os atos administrativos;

*Considerando* a necessidade de levar ao conhecimento da população os trabalhos realizados pela Câmara Municipal de Pedreira;

*Considerando* por fim os preceitos incutidos na Lei nº 12.527/2011 (Lei de acesso a informação; as orientações advindas do TCESP; bem como, a necessidade de modernização e atualização do setor de comunicação deste órgão, a presente contratação tem como objetivo o desempenho das seguintes atividades:

### **4.1. FILMAGEM E EDIÇÃO DE CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS:**

Captura, edição e produção de vídeos, incluindo filmagens internas e externas de atividades realizadas pelos vereadores, servidores e prepostos da Câmara Municipal. A filmagem deverá incluir, mas não se limitando a, eventos institucionais, sessões legislativas (ordinárias; extraordinárias; de posse; parlamento jovem), audiências públicas e demais atividades de interesse público.

### **4.2. PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS PARA REDES SOCIAIS E SITE INSTITUCIONAL:**

Elaboração de matérias escritas ou em formato de vídeo, para divulgação no site institucional da Câmara Municipal e nas suas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, etc.), criação de (arte/folder/imagem); desenvolvimento e gestão de posts, stories e reels, incluindo programação de conteúdo, curadoria de imagens e vídeos, e manutenção de uma identidade visual consistente.

A produção deve ser voltada à transparência e ao atendimento dos princípios da LAI, garantindo o acesso à informação para a população, nos seguintes

### **4.3. FOTOGRAFIA INSTITUCIONAL:**

Registro fotográfico de eventos e atividades promovidas ou apoiadas pela Câmara Municipal, incluindo atividades internas (por exemplo: sessões; e eventos) e externas, visitas a órgãos públicos, eventos de relevância institucional, entre outros.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### 4.4. GRAVAÇÃO DE PODCASTS:

Produção de *podcasts* institucionais, com gravação de áudio de entrevistas, discursos e reportagens relacionadas ao trabalho dos vereadores e da Câmara Municipal, com o objetivo de ampliar a comunicação institucional.

Para a realização do *podcast* a empresa deverá disponibilizar profissional(ais) capacitados e devidamente qualificados para o preparo (por exemplo: gravação, transmissão e tudo quanto for necessário para a efetiva realização e sua consequente divulgação na internet).

#### Equipamentos (vide anexo 01)

A empresa deverá contar com todos os materiais e equipamentos necessários para o efetivo desenvolvimento dos *podcasts*, consoante os exatos termos do anexo nº 01) que segue conjuntamente do presente termo de referência e é parte integrante deste.

#### Periodicidade:

A produção e gravação dos episódios do *podcast* institucional da Câmara Municipal de Pedreira/SP será realizada 1 (uma) vez por mês, conforme cronograma previamente definido em comum acordo entre a Câmara Municipal e a empresa Contratada, podendo ter duração máxima de até 3 (três) horas.

#### Edição e finalização:

A edição e finalização de cada episódio deverá ocorrer no máximo, em até uma semana após a gravação, sem prejuízo dos casos em que os episódios forem ao ar ao vivo, ocasião em que não demandará necessariamente uma edição.

#### Local (especificações – Vide Anexo nº 01):

Estúdio adequado, profissional e equipado para a realização das gravações de *podcasts* institucionais da Câmara Municipal de Pedreira/SP.

A empresa Contratada deverá disponibilizar estúdio no Município de Pedreira/SP ou em local que permita deslocamento dos agentes públicos em um raio de 50km (cinquenta quilômetros), sem ônus adicional à Administração.

A presente exigência fundamenta-se nos princípios da eficiência, razoabilidade e economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como na necessidade de garantir agilidade operacional, redução de custos indiretos de deslocamento, otimização do tempo dos agentes públicos e viabilidade logística para realização das gravações, inclusive em situações emergenciais.

A exigência de disponibilidade local não constitui restrição indevida à competitividade, mas requisito técnico-operacional diretamente relacionado à adequada execução do objeto contratual, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer cobrança adicional à Contratante em razão da localização do estúdio.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

O descritivo detalhado acerca deste item *Podcast* segue no Anexo nº 01, parte integrante do presente Termo.

### 4.5. ACERVO DE DADOS AUDIOVISUAIS:

Toda a produção audiovisual (vídeos, imagens e áudios) deverá ser disponibilizada para o acervo da Câmara Municipal de Pedreira/SP, que ficará responsável pela **guarda final**, armazenamento e eventual reprodução do conteúdo.

O material deverá ser entregue em formatos adequados e facilmente acessíveis para a futura utilização. Na hipótese de eventual rescisão contratual, todo o material, senhas, acessos, dentre outros, produzidos durante o curso do contrato deverá ser entregue e disponibilizado para o órgão Contratante.

### 4.6. DOS FORMATOS DE ENTREGA DOS MATERIAIS PRODUZIDOS

A empresa Contratada deverá entregar todos os materiais digitais produzidos no âmbito deste contrato – incluindo vídeos, fotografias, áudios, artes gráficas, reels, cards institucionais, *podcasts*, entre outros – nos seguintes **formatos técnicos obrigatórios**:

#### I – Vídeos:

- Formato principal: .MP4 (codec H.264, resolução mínima Full HD – 1920x1080);
- Formato secundário (backup bruto, se solicitado): .MOV ou .MXF.

#### II – Áudios e Podcasts:

- Formato principal: .MP3 (320 kbps);
- Formato alternativo: .WAV (PCM, qualidade sem compressão).

#### III – Fotografias e Imagens Estáticas:

- Alta resolução: .JPG (mínimo 300 dpi);
- Editáveis, se aplicável: .PSD (Adobe Photoshop) ou .TIFF.

#### IV – Artes para redes sociais e conteúdo gráfico:

- Formatos: .PNG (sem fundo, quando aplicável), .PDF, .AI ou .PSD;
- Dimensões e proporções otimizadas para Instagram, Facebook e demais redes adotadas pela Câmara.

#### V – Textos, roteiros e legendas:

- .DOCX ou .PDF.

Todos os arquivos deverão ser entregues em meio digital, preferencialmente por meio de link para download em nuvem (Google Drive, OneDrive, WeTransfer ou similar), devidamente nomeados, organizados por data, evento e tipo de conteúdo, devendo



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

ser mantida uma cópia em servidor seguro da empresa Contratada até o término do contrato e entrega formal de acervo.

### **4.7. DO ACERVO DIGITAL INSTITUCIONAL - DA ORGANIZAÇÃO PERÍODICA**

A empresa contratada será responsável por organizar, categorizar, manter atualizado e entregar periodicamente o acervo digital composto por todos os materiais produzidos no escopo do contrato, os quais integrarão o patrimônio informacional da Câmara Municipal de Pedreira/SP.

O acervo deverá conter, no mínimo:

- I – Cópia de todos os vídeos finalizados e brutos (se solicitado);
- II – Fotografias em alta resolução por evento;
- III – Arquivos editáveis de artes gráficas;
- IV – Episódios de *podcast* gravados e editados;
- V – Roteiros, legendas e textos associados.

A organização deverá seguir estrutura lógica de pastas, por ano, mês, tipo de conteúdo e evento, e os arquivos deverão ser nomeados com padrão uniforme, contendo data, tema e tipo de mídia.

Ao final de cada trimestre (ou outro período pactuado), a empresa contratada deverá entregar à Câmara uma cópia completa e atualizada do acervo digital em mídia externa (HD ou SSD fornecido pela Administração) ou via sistema de armazenamento em nuvem institucional.

A eventual indisponibilidade de arquivos, desorganização ou omissão de entregas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas contratualmente.

### **4.8. ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES EXTERNAS:**

A empresa deverá acompanhar os vereadores, servidores e prepostos da Câmara Municipal em visitas a outros órgãos, repartições públicas, instituições, eventos externos, seja na cidade de Pedreira ou fora do município, para registrar conteúdos audiovisuais e fotos para divulgação institucional de matérias relevantes, fornecendo todo o material e equipe necessária para o efetivo desenvolvimento da atividade.

A forma como ocorrerão esses acompanhamentos está descrita no item “6.” Do presente termo de referência, que disciplina a “Forma de execução” dos serviços contratados.

### **4.9. FILMAGEM COM DRONES:**





# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Realização de filmagens externas com drones para capturar imagens aéreas de eventos e atividades, proporcionando uma cobertura diferenciada e enriquecedora das ações da Câmara Municipal de Pedreira/SP.

## **4.10. DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E RECURSOS TÉCNICOS**

Caberá integral e exclusivamente à CONTRATADA o fornecimento, manutenção e disponibilização de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, softwares, hardwares, recursos tecnológicos e demais meios indispensáveis à perfeita execução dos serviços contratados, incluindo, mas não se limitando a: câmeras profissionais, microfones, tripés, equipamentos de iluminação, drones, computadores com capacidade de edição audiovisual, softwares de edição e tratamento de imagem/vídeo, equipamentos de gravação e transmissão de podcasts, bem como eventuais licenças de uso e acesso a plataformas digitais necessárias à gestão de redes sociais e veiculação de conteúdo institucional.

Parágrafo único. Todos os recursos deverão estar em perfeito estado de funcionamento, atender aos padrões de qualidade técnica compatíveis com a finalidade institucional da Câmara Municipal de Pedreira/SP, e garantir o desempenho contínuo, eficiente e seguro das atividades propostas, sendo vedada qualquer cobrança adicional ou repasse de custos à CONTRATANTE a esse título.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATADA**

**5.1. Qualificação Técnica:** A empresa Contratada deverá comprovar experiência anterior na prestação de serviços semelhantes, por meio de portfólio de serviços realizados ou atestados de capacidade técnica ou documentos que comprovem a execução de projetos audiovisuais para entidades públicas ou privadas de porte semelhante.

**5.2. Equipes:** A contratada deverá dispor de equipe qualificada e experiente, composta por profissionais capacitados para filmagem, edição de vídeos, fotografia, e gestão de redes sociais.

**5.3. Compromisso com os Princípios Administrativos:** A empresa deverá garantir que todas as ações e produções estejam em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, transparência, e moralidade da administração pública, conforme a Lei nº 12.527/2011 (LAI).

## **6. DA FORMA DE EXECUÇÃO**





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

A execução dos serviços contratados deverá ocorrer conforme as necessidades da Câmara Municipal de Pedreira/SP, observando-se os limites e critérios definidos neste Termo de Referência:

### a) Acompanhamentos Internos:

- Limitados a **4 (quatro) acompanhamentos internos** por mês, incluindo, mas não se limitando a: sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, posse de vereadores e atividades do Parlamento Jovem.
- Cada acompanhamento interno terá duração limitada a **4 (quatro) horas**, contadas a partir do início do evento ou solenidade, período durante o qual a empresa deverá registrar imagens, vídeos e áudios, bem como produzir fotos e demais materiais relacionados.
- Caso o evento se estenda além de 4 horas, a empresa estará dispensada do acompanhamento adicional, sem qualquer obrigação de continuidade.
- As atividades internas podem ocorrer em finais de semana e feriados, conforme cronograma prévio apresentado pela Câmara Municipal.

### b) Acompanhamentos Externos:

- Limitados a **4 (quatro) acompanhamentos externos** por mês, com a permanência máxima de **4 (quatro) horas** no local.
- Os acionamentos externos poderão ocorrer na cidade de Pedreira, ou ainda, em cidades vizinhas, incluindo-se, a capital (SP).
- Todo custo relacionado a deslocamento, alimentação, pedágios, estacionamento e demais despesas necessárias à execução dos serviços será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, não cabendo à Câmara Municipal qualquer pagamento adicional.
- O deslocamento da equipe será custeado pela empresa, porém, por mera liberalidade e havendo disponibilidade e viabilidade operacional, a CONTRATANTE poderá facultar que os prepostos da CONTRATADA se desloquem conjuntamente com os Vereadores e servidores da Câmara Municipal em veículo oficial, para fins de execução dos serviços objeto deste contrato.
- O deslocamento conjunto em veículo oficial, quando eventualmente concedido pela CONTRATANTE, não afasta nem mitiga a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre seus prepostos, empregados ou colaboradores que dele se utilizem, seja para fins trabalhistas, previdenciários, securitários ou de qualquer outra natureza.
- A utilização do veículo oficial pela CONTRATADA, em caráter eventual e facultativo, não gera qualquer vínculo empregatício, de dependência econômica ou de corresponsabilidade entre a CONTRATANTE e os prepostos da CONTRATADA, nem implica assunção de riscos pela Administração.
- Na hipótese de ocorrência de acidente de trânsito, sinistro, lesão corporal, morte ou qualquer dano – material ou imaterial – envolvendo preposto da CONTRATADA durante deslocamento em veículo oficial, a responsabilidade civil será apurada na forma da legislação vigente, sendo certo que eventuais



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

indenizações decorrentes de danos sofridos pelo preposto da CONTRATADA, ou por este causados a terceiros durante o trajeto, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que desde já se obriga a ressarcir integralmente a CONTRATANTE por quaisquer valores despendidos em razão desses eventos;

- A CONTRATADA deverá declarar, para todos os fins de direito, que seus prepostos possuem cobertura securitária ou seguro de vida e acidentes pessoais adequados ao exercício de suas atividades, não podendo invocar a ausência de cobertura como fundamento para imputar responsabilidade à CONTRATANTE.
- Não serão contabilizados no período máximo de acompanhamento de **4 (quatro)** horas o tempo que a empresa levará para se deslocar até o local da prestação de serviços.
- As atividades externas também podem ocorrer em finais de semana e feriados, previamente informados pela Câmara Municipal.
- Por mera liberalidade e havendo viabilidade e até mesmo necessidade operacional (logística e outros aspectos correlatos), a Contratante poderá facultar que os prepostos da Contratada se desloquem juntamente com os Vereadores e prepostos da Contratante em veículo oficial, ficando desde já averbado, que isso não exime a Contratada de possuir veículo próprio e garantir o deslocamento de seus prepostos.

### c) Cronograma Mensal

- Toda **última semana de cada mês**, a Câmara Municipal deverá encaminhar à empresa contratada um cronograma prévio com dias e horários dos eventos a serem acompanhados, incluindo eventos já fixos, como sessões ordinárias quinzenais e Parlamento Jovem mensal.
- Com base nesse cronograma, a empresa organizará sua equipe e equipamentos necessários, garantindo cobertura completa dentro do período máximo estabelecido.
- Eventualmente, poderão surgir solicitações de acompanhamento ou cobertura que não estejam previstas no cronograma mensal previamente estabelecido, limitadas a **1 (uma)** ocorrência por mês. Nesses casos, a empresa contratada deverá ser comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, informando dia, horário e local da atividade a ser atendida.

### d) Equipe Técnica e Recursos

- A empresa será responsável por disponibilizar toda a equipe técnica necessária para a cobertura de cada evento.
- A Câmara Municipal poderá, mediante cronograma prévio, solicitar a presença de todos os profissionais ou apenas alguns, cabendo à empresa ajustar a alocação de recursos conforme a demanda definida e as especificidades do evento.
- A empresa deverá identificar previamente as necessidades técnicas de cada evento (equipamentos, microfones, drones, câmeras, etc.) para cumprir a



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

finalidade institucional de gravação, produção de áudio e vídeo, fotografias e demais registros.

## e) Produção de Conteúdos para Redes Sociais

- A empresa deverá produzir conteúdos digitais, incluindo reels, publicações no feed, stories e outras modalidades, com frequência máxima de **2 (duas)** publicações semanais, independentemente da quantidade de formatos utilizados.
- Tal atividade não impede que a própria Câmara Municipal realize publicações de maneira autônoma, inclusive utilizando artes ou materiais previamente produzidos pela empresa.
- O planejamento das publicações será de responsabilidade da empresa, que definirá o melhor momento de divulgação dentro do limite semanal estabelecido, o que deverá ser previamente aprovado pelo Presidente da Câmara Municipal e/ou seus designados.

## 7. DA HABILITAÇÃO

A empresa Contratada deverá apresentar os seguintes requisitos para que a contratação se aperfeiçoe:

### Habilitação Jurídica:

A) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou; Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou; Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social, as atividades compatíveis com o objeto deste Edital;

A Contratada deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

### Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através de Comprovante de Situação Cadastral emitida pela Receita Federal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de Certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal conjuntamente com a Procuradora Geral da Fazenda Nacional, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, emitida pelo Município sede da empresa licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade. (Lei 12.440/2011).

### **Qualificação técnica:**

Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa licitante deverá apresentar:

**a) No mínimo 2 (dois) Atestados de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com identificação do emitente (razão social, CNPJ, endereço e assinatura do responsável), comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto desta licitação, abrangendo ao menos **2 (duas)** das seguintes atividades:

- produção audiovisual (filmagem e edição de vídeos);
- fotografia institucional;
- gestão de redes sociais;
- gravação e edição de podcasts.

**b) O atestado poderá ter sido emitido por órgão ou entidade da Administração Pública ou por pessoa jurídica de direito privado, não sendo exigida experiência exclusiva com o setor público, em observância ao princípio da competitividade previsto no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.**

**c) A Câmara Municipal reserva-se o direito de realizar diligência para confirmar a autenticidade e veracidade das informações constantes do atestado apresentado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

**d) Não será aceito atestado:**

- emitido pela própria licitante em causa própria;
- emitido por empresa do mesmo grupo econômico ou controlada pela licitante;
- que não identifique claramente o objeto executado ou o período de execução.

**e) A qualificação técnica ora exigida é proporcional à complexidade e ao valor estimado do objeto, não constituindo restrição indevida à competitividade do certame, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.**

### **8. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base nos preceitos do Artigo 107 e seguintes da Lei 14.133/2021.

### **9. DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS**

#### **9.1. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor global do contrato será estipulado conforme os preços apresentados na proposta da empresa contratada através do processo licitatório/dispensa elaborado pela Câmara Municipal de Pedreira, observando-se a adequação orçamentária do órgão.

#### **9.2. DO PAGAMENTO**

9.2.1. Os valores devidos à (o) Contratado (a) deverão ser pagos até o dia 10 do mês subsequente àquele em que for prestado o serviço, mediante a emissão de boleto bancário, cuja emissão não deverá incidir em custos para a administração.

9.2.2. Não será efetuado qualquer pagamento à (o) Contratada (o) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou eventual inadimplência contratual.

9.2.3. A Contratante se reserva o direito de exigir da (o) Contratada (o), em qualquer época, a comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, e com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

### **10. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

10.1. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante da Contratante devidamente credenciado pela Câmara Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 14.133/2021.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

10.2. A fiscalização que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da (o) Contratada (o) por quaisquer irregularidades ou vícios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

### **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação foi previamente apurado mediante pesquisa de preços realizada na forma da legislação vigente, com base em contratações similares, consultas a fornecedores e/ou bancos de preços públicos.

O valor estimado contemplará todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, logísticos, operacionais e administrativos, não sendo admitidos acréscimos decorrentes de omissões da proposta.

**Valor estimado da contratação: R\$ 271.987,44 (DUZENTOS E SETENTA E UM MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)**

### **12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento da licitação será o de **menor preço global**, considerando-se o conjunto integral dos serviços a serem prestados.

A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão da natureza integrada, complementar e interdependente dos serviços, cuja execução por múltiplos prestadores comprometeria a padronização, a eficiência e a qualidade do resultado final, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

O julgamento das propostas observará, além do menor preço, a verificação da compatibilidade com o valor estimado da contratação e a análise de exequibilidade, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

### **13. DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE MEDIÇÃO E ATESTO**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, o pagamento estará condicionado à verificação do efetivo cumprimento das obrigações contratuais, mediante critérios objetivos de medição.

A aferição mensal da execução contratual observará, no mínimo:





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

I – realização dos acompanhamentos internos e externos dentro dos limites previstos neste Termo;

II – entrega dos materiais audiovisuais nos formatos técnicos especificados;

III – publicação das peças digitais conforme frequência estabelecida;

IV – organização e atualização do acervo digital institucional;

V – realização da gravação mensal do podcast, com respectiva edição e disponibilização; e

VI – observância dos padrões mínimos de qualidade técnica (áudio nítido, imagem em resolução mínima Full HD, iluminação adequada e edição compatível com identidade institucional).

O fiscal do contrato emitirá relatório mensal de atesto, certificando o cumprimento das obrigações pactuadas. Na hipótese de descumprimento parcial, poderá haver glosa proporcional do valor mensal, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à(o) Contratada(o), as seguintes sanções:

I – advertência, nas hipóteses de infrações de natureza leve, assim consideradas aquelas que não acarretem prejuízo relevante à execução contratual ou à Administração;

II – multa administrativa, graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes termos:

- a) **multa de até 2% (dois por cento)** sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de descumprimentos pontuais ou de pequena relevância, que não comprometam de forma significativa a execução dos serviços;
- b) **multa de até 5% (cinco por cento)** sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de descumprimentos que afetem a qualidade, a regularidade ou a tempestividade da execução contratual;
- c) **multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor mensal do contrato, nas hipóteses de inexecução parcial relevante ou reincidência em infrações anteriormente sancionadas;





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

d) **multa de até 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, abandono contratual ou descumprimento grave que comprometa a finalidade pública da contratação;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo previsto em lei, nas hipóteses de infrações graves, conforme disposto no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de condutas de extrema gravidade.

14.2. As multas serão aplicadas segundo a gravidades do (s) descumprimento (s) verificados e reincidência.

### 15. DA RESCISÃO

O futuro contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

### 16. DA SUBCONTRATAÇÃO

Para fins do presente contrato, considera-se subcontratação o ato pelo qual a CONTRATADA transfere a terceiros, total ou parcialmente, a execução dos serviços objeto desta contratação, assumindo perante a CONTRATANTE responsabilidade integral pelos resultados produzidos pelo subcontratado.

§ 1º - É vedada a subcontratação das atividades nucleares do objeto, assim consideradas:

I - gestão e publicação de conteúdos nas redes sociais oficiais da Câmara Municipal;

II - edição e finalização de vídeos institucionais;

III - fotografia institucional de sessões e eventos;

§ 2º - Admite-se subcontratação parcial, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, exclusivamente para atividades técnicas acessórias, tais como operação de aeronaves remotamente pilotadas (*drones*) e locação de espaços ou equipamentos de gravação, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

§ 3º - A empresa subcontratada deverá:

I - Não estar impedida de contratar com a Administração Pública;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

II - Apresentar regularidade jurídica e fiscal, nos termos exigidos para a CONTRATADA;

III - Atender, no que couber, os requisitos técnicos aplicáveis à atividade subcontratada.

§ 4º - A subcontratação, ainda que autorizada, não transfere à CONTRATANTE qualquer responsabilidade em relação à empresa subcontratada, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração pela integralidade da execução contratual, pela qualidade dos serviços prestados e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relacionadas aos prepostos subcontratados.

§ 5º - É absolutamente vedada a subcontratação total do objeto, hipótese que configurará inexecução contratual grave, sujeita às sanções previstas neste instrumento e na Lei nº 14.133/2021.

§ 6º - A subcontratação não poderá ser utilizada como meio para suprir deficiência técnica ou irregularidade que teria impedido a CONTRATADA de participar ou vencer o certame licitatório.

### **17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **17.1. Transparência e Acesso à Informação**

A empresa contratada deverá garantir a total transparência de todos os conteúdos produzidos, permitindo que a Câmara Municipal de Pedreira disponibilize os materiais no portal da transparência, nas redes sociais e em outros meios de comunicação, conforme estipulado pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

#### **17.2. Cumprimento das Normas Legais**

A execução do contrato deverá observar todas as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a Constituição Federal de 1988 e os demais princípios aplicáveis à administração pública.

#### **17.3. Propriedade Intelectual**

Todos os direitos sobre o conteúdo produzido (vídeos, imagens, áudios e outros) serão de propriedade da Câmara Municipal de Pedreira/SP, sendo a contratada responsável pela entrega do material completo e sem ônus para a Câmara.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### **17.4. Da Lei Geral de Proteção de Dados**

A empresa Contratada deverá observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se pelo tratamento ético e legal de dados pessoais eventualmente coletados durante a execução contratual, inclusive mediante consentimento, quando exigido.

### **17.5. Da adequação ao Artigo 18 da Lei nº 14.133/2021**

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, contemplando:

- I – descrição clara e suficiente do objeto;
- II – fundamentação da necessidade da contratação;
- III – definição das condições de execução;
- IV – requisitos de habilitação técnica;
- V – critérios objetivos de medição e pagamento;
- VI – estimativa prévia do valor da contratação;
- VII – definição das responsabilidades da contratada;
- VIII – justificativa do não parcelamento do objeto.

O presente instrumento integra a fase preparatória da contratação, servindo como base técnica e jurídica para a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

### **17.6. Da forma de contratação**

O objeto será contratado em lote único, considerando a natureza integrada, complementar e interdependente dos serviços de produção audiovisual, fotografia institucional, gestão de redes sociais e gravação de podcasts, que compõem uma única estratégia de comunicação institucional da Câmara Municipal.

A análise detalhada acerca da viabilidade do parcelamento e da solução mais adequada à Administração encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, no qual se concluiu que a contratação unificada se mostra tecnicamente mais eficiente e compatível com o interesse público.

### **17.7. Da natureza dos serviços – Não incidência da Lei nº 12.232/2010**

Os serviços objeto da presente contratação restringem-se à produção audiovisual institucional, registro fotográfico, gravação de podcasts, edição de conteúdos e apoio



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

técnico na gestão de redes sociais oficiais da Câmara Municipal, com finalidade exclusivamente informativa e de transparência pública.

Não integram o escopo contratual atividades típicas de agência de publicidade, tais como planejamento publicitário, criação de campanhas promocionais, desenvolvimento de estratégias mercadológicas, intermediação de veiculação de mídia ou compra de espaços publicitários.

Dessa forma, a presente contratação não se enquadra nas hipóteses disciplinadas pela Lei nº 12.232/2010, regendo-se integralmente pela Lei nº 14.133/2021.

Pedreira, 08 de junho de 2026.

**JOÃO RAFAEL CAVENAGHI**  
**PRESIDENTE**



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO

Para a realização dos *podcasts* institucionais, é importante considerar tanto os aspectos técnicos quanto os materiais, físicos e organizacionais. Abaixo, detalha-se os principais requisitos para cada uma dessas áreas.

A empresa Contratada deverá fornecer/disponibilizar, às suas expensas, todos os serviços e equipamentos descritos nos tópicos a seguir:

### 1. Aspectos Técnicos

#### 1.1. Equipamentos de Áudio

- **Microfones:** Microfones condensadores e/ou dinâmicos para gravações de podcasts. Deverão ser Microfones de qualidade e excelência, a fim de garantir um áudio nítido e claro.
- **Fones de ouvido:** Para monitorar a qualidade do áudio durante a gravação e edição.
- **Mesa de som ou interface de áudio:** Essencial para controlar o volume e a qualidade do som, além de permitir a conexão de vários microfones simultaneamente.
- **Gravadores:** Em caso de gravação móvel ou em locais fora do estúdio, pode-se usar gravadores digitais portáteis de alta qualidade.
- **Computador de alta performance:** Para gravação, edição e processamento do áudio. Idealmente, com especificações adequadas para o uso de softwares de edição de áudio e gerenciamento de arquivos de alta qualidade.
- **Software de edição de áudio:** Programas para a edição e melhoria do áudio gravado. (Por exemplo: **Audacity, Adobe Audition, GarageBand; Reaper; dentre outros**)
- **Áudios e Podcasts** deverão ser entregue nos seguintes formatos: Formato principal: .MP3 (320 kbps); Formato alternativo: .WAV (PCM, qualidade sem compressão).

#### 1.2. Equipamentos de Gravação Adicionais

- **Microfones de lapela:** Para gravações externas ou entrevistas, onde o controle do áudio ambiente é importante.
- **Fones de ouvido de referência:** Para garantir que o áudio esteja sendo captado corretamente, sem distorções ou ruídos indesejáveis.
- **Pop filter:** Para minimizar os ruídos de estalo e sopros (como o som de "P" e "S") durante a gravação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### 1.3. Gravação em Ambiente Externo

- Caso a gravação seja realizada fora de um estúdio, recomenda-se o uso de equipamentos portáteis de qualidade, como gravadores digitais e microfones condensadores ou de lapela, para garantir boa qualidade mesmo em locais menos controlados acusticamente.

### 1.4. Gravação em Ambiente Interno

Estúdio adequado, profissional e equipado para a realização das gravações de *podcasts* institucionais da Câmara Municipal de Pedreira/SP.

O estúdio deverá contar com estrutura física e acústica compatível com padrões técnicos de captação e gravação de áudio de alta qualidade, incluindo, no mínimo: isolamento acústico, sistema de climatização, microfones profissionais, mesas de som, fones de ouvido, iluminação apropriada para eventual captação de vídeo, equipamentos de gravação digital, sistema de mixagem, computadores com softwares de edição, e ambiente que proporcione conforto e segurança aos participantes.

A empresa Contratada deverá disponibilizar estúdio no Município de Pedreira/SP ou em local de um raio de até 50km (cinquenta quilômetros), sem ônus adicional à Administração.

A Contratada deverá assegurar que o estúdio esteja disponível conforme agendamento prévio, com antecedência mínima razoável, e em condições técnicas de operação plena no horário pactuado para as gravações, sendo de sua exclusiva responsabilidade a montagem, funcionamento, assistência técnica dos equipamentos e custeio do uso do local (do estúdio).

## 2. Materiais Necessários

### 2.1. Roteiro

- **Planejamento:** O *podcast* deve ter um roteiro bem estruturado para garantir que as informações sejam transmitidas de maneira clara e coesa. O roteiro deve incluir os tópicos a serem abordados, perguntas para entrevistas, e a estrutura geral do episódio (introdução, corpo e conclusão).
- **Conteúdo:** O conteúdo deve ser relevante para o público-alvo (neste caso, a população de Pedreira e os cidadãos em geral), abordando temas



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

institucionais, como projetos em andamento, leis, ações dos vereadores e eventos da Câmara Municipal.

- **Entrevistas e Participantes:** Organizar as entrevistas com vereadores, servidores e outros convidados, e garantir que as informações sejam claras e objetivas.

## 2.2. Identidade Visual

- **Vinhetas:** Criar vinhetas de abertura e fechamento para o *podcast*, com efeitos sonoros ou músicas institucionais, a fim de dar uma identidade ao programa.
- **Logotipo:** Uma identidade visual, incluindo logotipo e elementos gráficos que identifiquem o *podcast* da Câmara Municipal de Pedreira, tanto nas plataformas de publicação quanto em materiais promocionais.
- **Capa do Podcast:** Design visual para a capa do *podcast*, que será utilizada nas plataformas de distribuição (Spotify, Apple Podcasts, etc.).

## 2.3. Música e Efeitos Sonoros

- **Trilha sonora:** Utilização de músicas licenciadas ou criadas exclusivamente para o *podcast*, para garantir que o conteúdo seja dinâmico e envolvente.
- **Efeitos sonoros:** Para enriquecer a narrativa do *podcast* e torná-lo mais atrativo, como efeitos para transições ou acentuar pontos importantes.

## 3. Aspectos Organizacionais

### 3.1. Definição do Objetivo e Público-Alvo

- **Objetivo:** O *podcast* institucional deve ter um propósito claro, como informar a população sobre os trabalhos da Câmara, promover a transparência, esclarecer dúvidas sobre legislação, e engajar os cidadãos nas atividades legislativas.
- **Público-alvo:** Identificar quem será o ouvinte principal (cidadãos de Pedreira, servidores públicos, vereadores, etc.), de modo que o tom e a abordagem do *podcast* sejam adequados.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### 3.2. Frequência e Prazos

**Prazos para gravação e edição:** A produção e gravação dos episódios do *podcast* institucional da Câmara Municipal de Pedreira/SP será realizada 1 (uma) vez por mês, conforme cronograma previamente definido em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, podendo ter duração máxima de até 3 (três) horas.

- A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade de estúdio, equipamentos, equipe técnica e demais recursos necessários à realização da gravação mensal, nos dias e horários estabelecidos pela Câmara, com antecedência mínima razoável para organização das pautas e convidados.
- A edição e finalização de cada episódio deverá ocorrer no máximo, em até uma semana após a gravação, sem prejuízo dos casos em que os episódios forem ao ar ao vivo, ocasião em que não demandará necessariamente uma edição.
- **Frequência de publicação:** Os episódios do *podcast* serão publicados mensalmente.

### 3.3. Produção e Divulgação

- **Distribuição:** O *podcast* deve ser hospedado em plataformas populares como Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e/ou em uma seção do site institucional da Câmara Municipal de Pedreira/SP. Isso garante maior visibilidade e facilidade de acesso.

Utilizar as redes sociais oficiais da Câmara (Facebook, Instagram, Twitter) para divulgar cada novo episódio. O conteúdo do *podcast* pode ser compartilhado como teasers, imagens ou citações destacadas.

### 3.4. Responsáveis pela Produção

- **Equipe interna:** Possuir equipe destinada à gravação, roteiro, edição e publicação do *podcast*.
- **Autorização e Aprovação:** Os conteúdos gravados serão submetidos à aprovação de um responsável institucional para garantir que o material produzido esteja alinhado aos objetivos da Câmara Municipal e à legislação vigente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### 3.5. Acessibilidade

- **Transcrições:** Para garantir que o conteúdo seja acessível a todos, a empresa Contratada deverá criar transcrições do *podcast*, que será publicada no site da Câmara Municipal.
- **Legenda e Audiodescrição:** Em caso de gravações de vídeos complementares, deverá incluir legendas e audiodescrição para pessoas com deficiência auditiva ou visual.

### 4. Aspectos Legais e Éticos

- **Direitos autorais:** Garantir que todo conteúdo, como músicas e efeitos sonoros, sejam licenciados adequadamente ou de uso livre.
- **Autorização de uso de imagem e voz:** Caso o *podcast* envolva entrevistas ou participações de outras pessoas (vereadores, servidores, etc.), é necessário obter autorização por escrito para o uso de suas imagens e vozes, cuja providência deverá ser realizada pela CONTRATANTE.

### Conclusão

A produção de podcasts institucionais envolve uma combinação de preparação técnica (equipamentos e software), materiais de apoio (roteiro, música e identidade visual) e organização (planejamento de temas, frequência e promoção). Uma abordagem bem estruturada ajudará a garantir um produto de qualidade, com impacto e relevância para o público da Câmara Municipal de Pedreira/SP.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO II

### MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

Processo Administrativo nº 15/2026

#### Dados do Fornecedor:

CNPJ/MF:  
RAZÃO SOCIAL:  
ENDEREÇO COMPLETO:  
CIDADE/ESTADO:  
CEP:  
TELEFONE:  
E-MAIL:

A empresa acima identificada propõe fornecer para a Câmara Municipal de Pedreira, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, especialmente no que tange às especificações do objeto e demais exigências previstas no Anexo I.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO   | UNID | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|------|--------|-------------|-------------|
| 1    | Contratação de empresa especializada em serviços de audiovisual, gestão de redes sociais, filmagem, edição de vídeos e imagens, finalização de vídeos, equipe de fotografia, gravação de <i>podcasts</i> e produção de conteúdos institucionais para a Câmara Municipal de Pedreira/SP. | Serv | 1      |             |             |

A proponente obriga-se a cumprir o prazo de entrega previsto no Termo de Referência (anexo I). A validade desta proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação.

PEDREIRA, 17 DE JUNHO DE 2026

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:**

**NOME COMPLETO:**

**CPF:**

**RG:**



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Eu, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_

Estado de \_\_\_\_\_, representada pelo (a) sócio \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, vem perante a Câmara Municipal de Pedreira/SP, sob as penas da Lei, apresentar as seguintes declarações:

- Declara que não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e que inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação, em cumprimento do disposto no art. 155 da Lei 14133/2021;
- Declara que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo nas condições de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- Declara que não é servidor público do Município de Pedreira (ocupante de cargo efetivo, ou ainda cargo/função de confiança) ou possui qualquer grau de parentesco com o Presidente da Câmara Municipal de Pedreira/SP;
- Declara que está ciente de todas as condições estipuladas no edital e que está em situação regular para o exercício da profissão e/ou fornecimento dos produtos.
- Declara, sob as penas da lei e demais sanções previstas no Edital de Pregão Eletrônico 01/2026, referente ao processo nº 15/2026, que cumpre plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO.
- Declara, sob pena de inabilitação, que conhece o(s) local(is) e as condições de realização dos serviços.

Pedreira, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
**NOME DA EMPRESA**



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO IV

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº        /2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, GESTÃO DE REDES SOCIAIS, FOTOGRAFIA INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO DE *PODCASTS*, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA e a pessoa jurídica identificada no Quadro-Resumo abaixo, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos demais instrumentos que regem o Pregão Eletrônico nº 01/2026 – Processo Licitatório nº 15/2026.

### **QUADRO-RESUMO**

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pedreira, CNPJ nº 52.364.718/0001-60, com sede na Rua Professor João Alvarenga, nº 75, Centro, Pedreira/SP, CEP 13.920-000, neste ato representada por seu Presidente JOÃO RAFAEL CAVENAGHI, em conjunto com o 1º Secretário, Vereador JOÃO PAULO PAULELLA e o 2º Secretário, Vereador DIEGO HENRIQUE ALEIXO.

CONTRATADA: [RAZÃO SOCIAL], CNPJ nº [XXXXX], com sede em [ENDEREÇO], representada por seu(sua) [CARGO], Sr.(a) [NOME], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [XX] e CPF nº [XX].

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de audiovisual, gestão de redes sociais, filmagem, edição de vídeos e imagens, finalização de vídeos, equipe de fotografia, gravação de podcasts e produção de conteúdos institucionais para a Câmara Municipal de Pedreira/SP.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 01/2026.

VALOR GLOBAL: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pelo período de 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

As partes acima qualificadas, doravante denominadas simplesmente CONTRATANTE e CONTRATADA, têm entre si justo e avençado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pelas cláusulas a seguir estipuladas e pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, vinculando-se ainda ao Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026 e seus Anexos, ao Termo de Referência, ao Estudo Técnico Preliminar e à proposta da CONTRATADA, que integram este instrumento independentemente e de transcrição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados e integrados de produção audiovisual, gestão de redes sociais, filmagem, edição de vídeos e imagens, finalização de vídeos, fotografia institucional, gravação de podcasts e produção de conteúdos institucionais, voltados à divulgação das atividades legislativas, informativas e institucionais da Câmara Municipal de Pedreira/SP, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.2. Os serviços abrangem, em caráter não exaustivo, as seguintes atividades:

I - Filmagem e edição de conteúdos audiovisuais de sessões legislativas (ordinárias, extraordinárias, solenes e de posse), audiências públicas, Parlamento Jovem e demais atividades institucionais;

II - Produção de conteúdos para redes sociais e site institucional (reels, publicações no feed, stories, artes gráficas, matérias escritas e em vídeo), com frequência máxima de 2 (duas) publicações semanais;

III - Fotografia institucional de eventos internos e externos promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal;

IV - Gravação, edição e publicação de podcasts institucionais mensais, em estúdio adequado e profissional;

V - Filmagem aérea com drones para cobertura de eventos externos;

VI - Acompanhamento de atividades externas dos Vereadores e servidores, limitado a 4 (quatro) por mês;

VII - Organização, manutenção e entrega periódica do acervo digital institucional.

1.3. Os serviços serão executados em lote único, em razão da natureza integrada, complementar e tecnicamente indivisível das atividades, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar aprovado nos autos do processo administrativo.

1.4. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo fornecimento de todos os equipamentos, materiais, softwares, hardwares, recursos tecnológicos e demais meios indispensáveis à execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, conforme art. 4.10 do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1. O presente Contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 01/2026, Processo Licitatório nº 15/2026, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e vincula-se ao respectivo Edital e seus Anexos, ao Termo de Referência e à proposta vencedora da CONTRATADA.

2.2. A presente contratação observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade e competitividade, consagrados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37, caput, da Constituição Federal.

2.3. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

2.4. Os serviços objeto deste Contrato possuem caráter estritamente institucional e informativo, não abrangendo planejamento publicitário, elaboração de campanhas ou intermediação de veiculação de mídia, razão pela qual não se subsumem às disposições da Lei Federal nº 12.232/2010, regendo-se integralmente pela Lei Federal nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

3.1. O presente Contrato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, encerrando-se em XXXXXXXXXXXXXXXX, independentemente de notificação prévia entre as partes.

3.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da CONTRATANTE.

3.3. A prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, assinado pelas partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual.

3.4. A simples continuidade da prestação dos serviços, sem a devida formalização, não implicará renovação tácita do Contrato, sendo vedada a execução de serviços sem cobertura contratual.

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REAJUSTE

4.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (\_\_\_\_\_), correspondente ao período de 12 (doze) meses.

4.2. No valor pactuado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, incluindo custos de mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, equipamentos, *softwares*, materiais de consumo, deslocamentos, hospedagem, alimentação, seguros, licenças e demais custos operacionais, não cabendo à CONTRATANTE qualquer pagamento adicional a qualquer título.

4.3. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº \_\_\_\_\_, Funcional Programática \_\_\_\_\_, Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, Fonte de Recursos \_\_\_\_\_, conforme nota de empenho nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

4.4. O valor contratual poderá ser reajustado após 12 (doze) meses de vigência, contados da data de apresentação da proposta, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), apurado no período, na forma do art. 92, V, e §§ 1º a 3º da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente requerido pela CONTRATADA e justificado nos autos.

4.5. O reajuste de que trata o item anterior será precedido de análise técnica e jurídica da CONTRATANTE, podendo ser negociado antes da aplicação do índice, com vistas à manutenção das condições mais vantajosas à Administração.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente, até o dia **10 (dez)** do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato e acompanhada dos seguintes documentos, dentro do prazo de validade:

I – Certidão Negativa de Débitos Federais (CND/RFB e PGFN, unificada);

II – Certidão de Regularidade do FGTS (CRF/CEF);

III – Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipais;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT/TST).

5.2. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal eletrônica em nome da Câmara Municipal de Pedreira, CNPJ nº 52.364.718/0001-60, indicando o código de serviço pertinente ao objeto contratado, bem como procedendo às retenções tributárias exigidas pela legislação vigente.

5.3. Nos termos do Decreto Municipal nº 3.435/2022 e da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, a CONTRATANTE procederá à retenção do Imposto de Renda (IR) por ocasião do pagamento. Caso a CONTRATADA seja dispensada de tal retenção, deverá indicar o enquadramento legal no corpo da nota fiscal.

5.4. O pagamento ficará condicionado à verificação do efetivo cumprimento das obrigações contratuais no período, mediante Relatório Mensal de Atesto elaborado pelo Fiscal do Contrato, conforme critérios objetivos definidos na Cláusula Décima e no art. 13 do Termo de Referência.

5.5. Não serão efetuados pagamentos à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual.

5.6. Havendo irregularidade na nota fiscal ou nos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para saneamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, suspendendo-se o prazo de pagamento durante o período necessário à regularização, sem que isso configure mora da CONTRATANTE.

5.7. O prazo de pagamento previsto nesta Cláusula poderá ser suspenso na hipótese de descumprimento contratual relevante, enquanto perdurar a notificação de que trata o item 5.6.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1. Os serviços serão executados conforme as necessidades da CONTRATANTE, observadas as seguintes condicionantes operacionais:

6.2. Acompanhamentos Internos: A CONTRATADA realizará até 4 (quatro) acompanhamentos mensais internos, incluindo sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, solenes e de posse, atividades do Parlamento Jovem e demais eventos institucionais. Cada acompanhamento terá duração máxima de 4 (quatro) horas, contadas do início do evento. As atividades internas poderão ocorrer em finais de semana e feriados, conforme cronograma prévio estabelecido pela CONTRATANTE.

6.3. Acompanhamentos Externos: A CONTRATADA realizará até 4 (quatro) acompanhamentos mensais externos, com permanência máxima de 4 (quatro) horas no local, não se computando o tempo de deslocamento. Os acompanhamentos externos poderão ocorrer em Pedreira ou em municípios vizinhos, incluindo a Capital, em finais de semana e feriados, conforme cronograma prévio. Todos os custos de



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

deslocamento, alimentação, pedágios e estacionamento serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

6.4. Solicitações Extraordinárias: Poderão ser realizadas solicitações de acompanhamento não previstas no cronograma mensal, limitadas a 1 (uma) por mês, mediante comunicação com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, informando dia, horário e local.

6.5. Cronograma Mensal: Na última semana de cada mês, a CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA cronograma prévio com os eventos a serem cobertos no mês seguinte, incluindo eventos fixos como sessões ordinárias quinzenais e o Parlamento Jovem mensal. Com base no cronograma, a CONTRATADA organizará equipe e equipamentos para cobertura completa.

6.6. Podcast Institucional: A gravação dos episódios do podcast institucional será realizada 1 (uma) vez por mês, conforme cronograma pactuado entre as partes, com duração máxima de 3 (três) horas. A edição e finalização de cada episódio deverá ocorrer em até 7 (sete) dias após a gravação, ressalvadas as transmissões ao vivo. A CONTRATADA disponibilizará estúdio profissional localizado no Município de Pedreira/SP ou em raio máximo de 50 (cinquenta) quilômetros, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

6.7. Produção de Conteúdos para Redes Sociais: A CONTRATADA produzirá e publicará conteúdos digitais nas redes sociais oficiais da CONTRATANTE, com frequência máxima de 2 (duas) publicações semanais, independentemente dos formatos utilizados. O planejamento das publicações será elaborado pela CONTRATADA e submetido à aprovação prévia do Presidente da Câmara ou de seus designados.

6.8. Acervo Digital: Toda a produção audiovisual gerada no âmbito deste Contrato integrará o acervo digital institucional da Câmara Municipal de Pedreira/SP. Ao final de cada trimestre, a CONTRATADA entregará à CONTRATANTE cópia completa e atualizada do acervo, em mídia externa ou via sistema de armazenamento em nuvem institucional, organizada em estrutura lógica de pastas, por ano, mês, tipo de conteúdo e evento, com nomeação padronizada dos arquivos.

6.9. Formatos de Entrega: Os materiais produzidos deverão ser entregues nos seguintes formatos: vídeos em .MP4 (codec H.264, resolução mínima Full HD – 1920×1080); áudios e podcasts em .MP3 (320 kbps) e .WAV (PCM); fotografias em .JPG (mínimo 300 dpi); artes gráficas em .PNG, .PDF, .AI ou .PSD; textos e roteiros em .DOCX ou .PDF.

6.10. Deslocamento Conjunto em Veículo Oficial: Por mera liberalidade da CONTRATANTE e exclusivamente quando houver disponibilidade e conveniência operacional, poderá ser facultado aos prepostos da CONTRATADA o deslocamento conjunto com Vereadores e servidores em veículo oficial da Câmara Municipal, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE, observadas as seguintes condições e limitações:

6.10.1. O deslocamento conjunto somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, formalizada por escrito, com indicação do evento, data, horário, local de destino e identificação do(s) preposto(s) a ser(em) transportado(s), de modo a assegurar o registro formal e a rastreabilidade de cada ocorrência.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

6.10.2. Antes da primeira utilização do benefício e a cada renovação anual do Contrato, a CONTRATADA deverá comprovar documentalmente, perante o Gestor do Contrato, a existência de cobertura securitária válida – seguro de vida e acidentes pessoais – em nome de seus prepostos, em valor compatível com os riscos inerentes ao exercício das atividades contratadas, não sendo admitida mera declaração para esse fim.

6.10.3. A utilização do veículo oficial pela CONTRATADA, em caráter estritamente eventual e facultativo, não gera vínculo empregatício, de dependência econômica, de subordinação ou de corresponsabilidade entre a CONTRATANTE e os prepostos da CONTRATADA, nem implica assunção de qualquer risco pela Administração.

6.10.4. Na hipótese de ocorrência de acidente de trânsito, sinistro, lesão corporal, morte ou qualquer dano – material ou imaterial – envolvendo preposto(s) da CONTRATADA durante deslocamento em veículo oficial, a CONTRATADA obriga-se a: (a) ressarcir integralmente a CONTRATANTE por quaisquer valores por esta despendidos em razão do evento, a qualquer título, inclusive indenizações a terceiros, despesas processuais e honorários advocatícios; (b) assumir exclusivamente a defesa da CONTRATANTE em eventuais demandas judiciais ou administrativas decorrentes do evento, quando assim solicitado; (c) não invocar a ausência ou insuficiência de cobertura securitária como fundamento para imputar responsabilidade à CONTRATANTE.

6.10.5. O direito de regresso da CONTRATANTE contra a CONTRATADA, previsto no item 6.10.4, fundamenta-se no art. 37, §6º, da Constituição Federal e no art. 121 da Lei nº 14.133/2021, sendo oponível ainda que a responsabilidade da Administração perante terceiros seja reconhecida judicialmente, hipótese em que o valor da condenação, acrescido de encargos, será integralmente repassado à CONTRATADA.

6.10.6. A autorização de deslocamento conjunto não poderá ser invocada pela CONTRATADA como reconhecimento, pela CONTRATANTE, de qualquer vínculo jurídico diverso do estabelecido neste Contrato.

6.11. A eventual concessão do benefício previsto no item 6.10 não afasta a obrigação da CONTRATADA de manter veículo próprio em condições regulares de uso e de garantir o deslocamento autônomo e tempestivo de seus prepostos, inclusive nos casos em que o deslocamento conjunto não seja autorizado, não seja viável operacionalmente ou seja revogado a qualquer tempo pela CONTRATANTE, sem que tal revogação gere direito a qualquer compensação ou indenização.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – Executar os serviços de forma contínua, eficiente e tecnicamente qualificada, em estrita conformidade com as especificações do Termo de Referência e as determinações do Fiscal do Contrato;

II – Manter, durante toda a vigência contratual, equipe técnica qualificada e devidamente habilitada para a execução dos serviços contratados;

III – Fornecer todos os equipamentos, materiais, softwares, hardwares e demais recursos tecnológicos indispensáveis à perfeita execução dos serviços, em perfeito estado de funcionamento, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;

IV – Cumprir rigorosamente os prazos de entrega de materiais e execução dos serviços estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato;





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

V – Submeter previamente à aprovação da CONTRATANTE os conteúdos a serem publicados nas redes sociais, respeitando a identidade visual institucional da Câmara Municipal;

VI – Transferir, livre de quaisquer ônus, à CONTRATANTE a titularidade e os direitos de uso de todos os conteúdos produzidos no âmbito deste Contrato (vídeos, fotografias, áudios, artes gráficas, roteiros e demais materiais), nos termos dos arts. 49 e seguintes da Lei nº 9.610/1998;

VII – Entregar, em caso de rescisão ou encerramento contratual, a integralidade dos arquivos, senhas, acessos e demais materiais produzidos durante a execução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação;

VIII – Manter, durante toda a vigência do Contrato, a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigida na habilitação;

IX – Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021;

X – Assegurar que seus prepostos possuam cobertura securitária adequada (seguro de vida e acidentes pessoais) para o exercício das atividades, especialmente em deslocamentos externos;

XI – Garantir a utilização exclusiva de conteúdos, músicas e efeitos sonoros devidamente licenciados ou de domínio público, respondendo por qualquer violação de direitos de terceiros;

XII – Observar integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) no tratamento de dados pessoais coletados durante a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo eventual uso indevido;

XIII – Guardar sigilo sobre as informações institucionais da CONTRATANTE obtidas em razão do Contrato, abstendo-se de divulgá-las a terceiros sem autorização expressa;

XIV – Disponibilizar estúdio profissional e equipado para gravação dos podcasts, no Município de Pedreira/SP ou em raio máximo de 50 km, arcando exclusivamente com os custos do local;

XV – Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução dos serviços.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I – Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições e nos prazos estabelecidos neste Contrato;

II – Designar formalmente Gestor e Fiscal do Contrato, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;

III – Encaminhar, na última semana de cada mês, o cronograma mensal de eventos e atividades a serem cobertos no mês subsequente;

IV – Comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 48 horas, eventuais solicitações extraordinárias de cobertura não previstas no cronograma mensal;

V – Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo pautas, roteiros, identidade visual e parâmetros editoriais;

VI – Apreciar e aprovar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, os conteúdos submetidos à validação pela CONTRATADA, sob pena de aprovação tácita;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- VII - Exercer tempestivamente a gestão e a fiscalização do Contrato, registrando e comunicando à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na execução;
- VIII - Notificar a CONTRATADA formalmente, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa, antes da aplicação de qualquer sanção administrativa;
- IX - Garantir que os agentes públicos designados não exijam da CONTRATADA tarefas, serviços ou fornecimentos não previstos neste instrumento;
- X - Obter as autorizações de uso de imagem e voz dos agentes públicos e convidados que participarem das gravações de podcasts e demais produções audiovisuais.

### **CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. É vedada a subcontratação das atividades nucleares do objeto, assim consideradas: gestão e publicação de conteúdos nas redes sociais oficiais da Câmara Municipal; edição e finalização de vídeos institucionais; e fotografia institucional de sessões e eventos.
- 9.2. Admite-se subcontratação parcial de até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, exclusivamente para atividades técnicas acessórias, tais como operação de aeronaves remotamente pilotadas (drones) e locação de espaços ou equipamentos de gravação, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.
- 9.3. A empresa subcontratada deverá: não estar impedida de contratar com a Administração Pública; apresentar regularidade jurídica e fiscal; e atender, no que couber, os requisitos técnicos aplicáveis à atividade subcontratada.
- 9.4. A subcontratação, ainda que autorizada, não transfere à CONTRATANTE qualquer responsabilidade em relação à empresa subcontratada, permanecendo a CONTRATADA como única responsável perante a Administração pela integralidade da execução contratual, pela qualidade dos serviços e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.
- 9.5. É absolutamente vedada a subcontratação total do objeto, hipótese que configurará inexecução contratual grave, passível de rescisão unilateral e aplicação das sanções previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. A subcontratação não poderá ser utilizada como meio para suprir deficiência técnica ou irregularidade que teria impedido a CONTRATADA de participar ou vencer o certame licitatório.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

- 10.1. A execução do Contrato será objeto de gestão e fiscalização permanente por agentes públicos designados formalmente pela CONTRATANTE, na forma dos arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O Gestor do Contrato será responsável pela coordenação administrativa, financeira e contratual da execução, bem como pela comunicação institucional com a CONTRATADA.
- 10.3. O Fiscal do Contrato acompanhará a execução material dos serviços, verificando a conformidade com o Termo de Referência, e emitirá mensalmente o Relatório de Atesto, condicionante ao pagamento.
- 10.4. A aferição mensal da execução contratual observará, no mínimo, os seguintes critérios objetivos:





## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- I – Realização dos acompanhamentos internos e externos dentro dos limites e prazos contratualmente estabelecidos;
  - II – Entrega dos materiais audiovisuais nos formatos técnicos especificados neste Contrato e no Termo de Referência;
  - III – Publicação das peças digitais nas redes sociais conforme frequência e aprovação prévia;
  - IV – Organização e atualização do acervo digital institucional;
  - V – Realização da gravação mensal do podcast, com respectiva edição e disponibilização dentro do prazo de 7 dias;
  - VI – Observância dos padrões mínimos de qualidade técnica: áudio nítido, imagem em resolução mínima Full HD, iluminação adequada e edição compatível com a identidade institucional da Câmara.
- 10.5. Constatadas irregularidades na execução, a CONTRATADA será notificada por escrito e terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para saná-las ou apresentar justificativa, sob pena de aplicação das sanções cabíveis e eventual glosa proporcional no pagamento.
- 10.6. A glosa proporcional será calculada sobre o valor mensal do Contrato, tendo como base o serviço não prestado ou prestado em desconformidade com as especificações contratuais, sem prejuízo da aplicação cumulativa de multa.
- 10.7. O recebimento definitivo dos serviços será certificado pelo Fiscal do Contrato, após a verificação de sua conformidade com as especificações contratadas, nos termos do art. 140, II, "b", da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, DOS DADOS E DA LGPD**

- 11.1. Todos os direitos de propriedade intelectual sobre os conteúdos produzidos em decorrência deste Contrato (vídeos, fotografias, áudios, artes gráficas, roteiros e demais materiais) pertencerão exclusivamente à Câmara Municipal de Pedreira/SP, a partir da entrega, sendo vedada à CONTRATADA sua utilização, reprodução ou divulgação para fins diversos da execução contratual, salvo com autorização expressa da CONTRATANTE.
- 11.2. A CONTRATADA garante que os conteúdos entregues são originais ou devidamente licenciados, respondendo civilmente por qualquer violação de direitos de propriedade intelectual de terceiros, incluindo direitos autorais e conexos sobre músicas, imagens, fotografias ou software.
- 11.3. A CONTRATADA, na qualidade de operadora de dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), deverá:
- I – Tratar os dados pessoais de servidores, vereadores, convidados e demais pessoas eventualmente identificadas nas produções audiovisuais apenas para as finalidades do Contrato;
  - II – Implementar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais tratados;
  - III – Não compartilhar os dados pessoais com terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE;
  - IV – Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de segurança que possa afetar dados pessoais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

11.4. As autorizações de uso de imagem e voz dos participantes das gravações de podcasts e demais produções serão de responsabilidade da CONTRATANTE, nos termos do Anexo I do Edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, com prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - Advertência, nas hipóteses de infrações de natureza leve que não acarretem prejuízo relevante à execução contratual;

II - Multa administrativa, graduada conforme a gravidade da infração:

a) multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do Contrato, para descumprimentos pontuais ou de pequena relevância;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do Contrato, para descumprimentos que afetem a qualidade, regularidade ou tempestividade da execução;

c) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do Contrato, para inexecução parcial relevante ou reincidência em infrações anteriormente sancionadas;

d) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, para inexecução total, abandono contratual ou descumprimento grave que comprometa a finalidade pública da contratação;

III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas hipóteses de infrações graves previstas no art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, nas hipóteses de condutas de extrema gravidade elencadas no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. A aplicação das penalidades não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

12.4. Os valores relativos às multas serão descontados das parcelas devidas à CONTRATADA ou, não sendo isso possível, cobrados administrativamente ou judicialmente. Recebida a notificação, a CONTRATADA terá 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa ou efetuar o recolhimento, sob pena de inscrição em dívida ativa.

12.5. A reabilitação da CONTRATADA perante a CONTRATANTE exigirá, cumulativamente: reparação integral do dano; pagamento da multa; transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação do impedimento de licitar, ou de 3 (três) anos da declaração de inidoneidade; cumprimento das condições do ato punitivo; e análise jurídica prévia.

12.6. Comprovada a ocorrência de força maior ou caso fortuito, devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas nesta Cláusula.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos e hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes modalidades:

- I - Rescisão unilateral pela CONTRATANTE, nas hipóteses de inadimplemento contratual, razões de interesse público ou situação de força maior;
- II - Rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - Rescisão judicial, nos termos da legislação processual civil.

13.2. Constituem causas de rescisão unilateral por inadimplemento da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis:

- I - Inexecução total ou parcial do Contrato;
- II - Subcontratação total ou subcontratação de atividades nucleares sem autorização;
- III - Falência, recuperação judicial ou dissolução da CONTRATADA;
- IV - Perda das condições de habilitação durante a vigência contratual;
- V - Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais;
- VI - Cessão do Contrato a terceiros, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

13.3. Quando a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, esta ficará sujeita à aplicação das sanções previstas nesta Cláusula Décima Segunda, além do dever de indenizar a CONTRATANTE pelos prejuízos daí decorrentes.

13.4. Em qualquer hipótese de rescisão, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a integralidade dos arquivos, senhas, credenciais de acesso e demais materiais produzidos durante a execução contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TRANSPARÊNCIA, DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA LGPD**

14.1. A CONTRATADA deverá assegurar total transparência de todos os conteúdos produzidos, permitindo que a Câmara Municipal de Pedreira disponibilize os materiais no portal da transparência, nas redes sociais e nos demais canais de comunicação institucional, conforme o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

14.2. O presente Contrato, seus aditivos e os documentos essenciais que o instruem serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal oficial da Câmara Municipal, em conformidade com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A CONTRATADA tratará como confidenciais as informações internas da CONTRATANTE obtidas em razão do Contrato, abstendo-se de divulgá-las ou utilizá-las para finalidades diversas das previstas neste instrumento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

15.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, mediante celebração de Termo Aditivo devidamente justificado nos autos do processo administrativo.

15.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

15.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em lei, salvo nas hipóteses expressamente ressalvadas pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir este Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de rescisão e aplicação das sanções cabíveis.

16.2. Fica vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, inclusive para obtenção de empréstimos ou garantias.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios e normas da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente, nessa ordem, as disposições do Edital, do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.

16.4. As comunicações entre as partes poderão ser realizadas por e-mail institucional, com confirmação de leitura, ou mediante correspondência com aviso de recebimento, sendo consideradas recebidas na data de sua efetiva confirmação.

16.5. A tolerância da CONTRATANTE relativamente a eventual descumprimento de qualquer obrigação pela CONTRATADA não implicará renúncia a direito, novação ou alteração contratual.

16.6. Havendo divergência entre as disposições deste Contrato e o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, prevalecerão as normas do Edital. Havendo divergência entre o Edital e a proposta da CONTRATADA, prevalecerá o Edital.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produzam seus jurídicos efeitos.

Pedreira/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA  
JOÃO RAFAEL CAVENAGHI  
PRESIDENTE

JOÃO PAULO PAULELLA  
1º SECRETÁRIO

DIEGO HENRIQUE ALEIXO  
2º SECRETÁRIO

### CONTRATADA

[Razão Social] – CNPJ nº [XXXXXX]

[Nome do Representante Legal] – [Cargo]



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO V

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

#### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por escopo analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de produção audiovisual, fotografia institucional, gravação e edição de podcasts, bem como apoio técnico na gestão das redes sociais oficiais da Câmara Municipal de Pedreira/SP.

A necessidade decorre do dever constitucional de publicidade dos atos administrativos, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como da observância à Lei nº 12.527/2011, que impõe à Administração Pública a promoção da transparência ativa, assegurando o acesso amplo e contínuo às informações de interesse coletivo.

Constata-se, ademais, que a estrutura administrativa interna não dispõe de recursos humanos especializados nem de aparelhamento técnico compatível com a execução direta das atividades pretendidas, circunstância que inviabiliza a realização interna dos serviços com o nível de qualidade exigido.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária para assegurar a adequada difusão dos atos legislativos e administrativos, promovendo eficiência comunicacional, transparência institucional e acesso democrático à informação.

#### **2. PREVISÃO NO PLANEJAMENTO**

A contratação alinha-se às diretrizes institucionais de modernização administrativa, fortalecimento da transparência pública e ampliação dos canais oficiais de comunicação com a sociedade, estando compatível com o planejamento estratégico da Câmara Municipal e incluída no Plano de Contratações Anuais.

#### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A futura empresa Contratada deverá demonstrar capacidade técnica e operacional para execução integrada dos serviços, observando:

- padrões profissionais de captação e edição audiovisual;





# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- qualidade técnica em fotografia institucional;
- gravação e edição de podcasts com clareza sonora e adequação estética;
- padronização visual conforme identidade institucional;
- cumprimento rigoroso de prazos;
- disponibilidade para atendimento de demandas ordinárias e extraordinárias.

A execução deverá ocorrer de forma contínua, coordenada e tecnicamente uniforme, nos exatos termos do Termo de Referência a ser elaborado *opportuno tempore*.

## **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de demandas institucionais da Câmara Municipal, considerando:

- a realização média de sessões legislativas semanais ao longo do exercício;
- a ocorrência de audiências públicas, eventos institucionais e solenidades;
- a necessidade contínua de atualização das redes sociais oficiais;
- a produção recorrente de conteúdos audiovisuais e informativos;
- a periodicidade estimada de gravação de podcasts institucionais.

Em termos operacionais, a contratação deverá atender, de forma contínua, à cobertura audiovisual das atividades legislativas, à produção regular de conteúdos digitais e à manutenção dos canais oficiais de comunicação, em volume compatível com a dinâmica institucional do órgão.

O detalhamento quantitativo específico constará do Termo de Referência, documento no qual serão estabelecidos os parâmetros objetivos para execução e medição contratual.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O levantamento de mercado evidenciou a existência de múltiplos fornecedores aptos à execução do objeto, com atuação consolidada no segmento de produção audiovisual e comunicação institucional.

Foram identificadas empresas com capacidade técnica compatível, tanto no âmbito regional quanto em localidades próximas, o que demonstra a viabilidade competitiva da contratação e a inexistência de restrição indevida ao certame.

Tal constatação reforça a adequação da classificação do objeto como serviço comum, nos termos da legislação vigente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

### **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação será apurada mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em contratações similares, consultas a fornecedores e sistemas referenciais de preços.

A memória de cálculo e os documentos comprobatórios integrarão o processo administrativo, assegurando a aferição da vantajosidade da proposta a ser contratada.

### **7. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS**

Foram analisadas as seguintes alternativas:

#### **7.1 Execução direta pela Administração**

Mostrou-se inviável, diante da ausência de estrutura técnica e operacional adequada, bem como dos elevados custos de implementação.

#### **7.2 Contratação parcelada por serviços**

Consistiria na contratação de fornecedores distintos para execução de atividades específicas.

**Todavia, tal alternativa revelou-se tecnicamente inadequada, conforme demonstrado a seguir.**

#### **7.3 Contratação integrada (lote único)**

Consiste na contratação de empresa única para execução global dos serviços, apresentando-se como solução mais eficiente e adequada.

### **8. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

Nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser afastado quando sua divisão implicar prejuízo ao conjunto da contratação ou comprometer a eficiência, a economicidade e a adequada execução contratual.

No presente caso, embora o objeto compreenda atividades que, sob análise meramente formal, poderiam ser segmentadas, tais como produção



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

audiovisual, fotografia institucional, gestão de redes sociais e gravação de podcasts, verifica-se que tais serviços integram um sistema técnico único, estruturado em cadeia produtiva contínua, cuja fragmentação comprometeria sua funcionalidade, qualidade e eficiência.

A execução contratual não se limita à realização isolada de tarefas, mas exige a articulação coordenada de múltiplas etapas técnicas interdependentes, compreendendo, dentre outras, a captação simultânea de áudio, vídeo e imagem; o tratamento técnico dos arquivos; a edição estética e informacional; a padronização conforme identidade institucional; a adequação a múltiplos formatos digitais; e a subsequente publicação e organização do acervo institucional.

Esse fluxo técnico caracteriza-se pela indivisibilidade operacional, na medida em que cada etapa depende diretamente da anterior, com exigência de compatibilidade de parâmetros técnicos, tais como resolução, perfil de cor, taxa de quadros, *codecs* de compressão, padrões de captação sonora e softwares de edição. A eventual fragmentação entre diferentes prestadores implicaria elevado risco de incompatibilidade técnica entre arquivos, retrabalho, perda de qualidade por conversões sucessivas e comprometimento da integridade do material produzido.

Ademais, na dinâmica cotidiana da Administração, um único evento institucional – como sessões legislativas, audiências públicas ou atos oficiais – gera, de forma simultânea, múltiplos produtos comunicacionais, incluindo vídeos integrais, recortes para redes sociais, registros fotográficos, peças informativas e conteúdos derivados para outras mídias. Essa circunstância exige uniformidade estética, coerência editorial e sincronização técnica, elementos que somente podem ser plenamente assegurados mediante execução centralizada.

A divisão do objeto entre múltiplos fornecedores acarretaria, ainda, relevantes entraves operacionais, notadamente:

- necessidade de constante transferência de arquivos brutos de grande volume, com risco de perda, corrupção de dados ou degradação de qualidade;
- adoção de fluxos de trabalho distintos e potencialmente incompatíveis;
- dificuldade de sincronização entre equipes atuando simultaneamente em ambientes institucionais, com interferências técnicas em captação de áudio, posicionamento de equipamentos e iluminação;
- diluição da responsabilidade técnica, dificultando a identificação de falhas e a efetiva fiscalização contratual;
- aumento do tempo de resposta para entrega e publicação de conteúdos, especialmente em demandas que exigem imediatidade, como cobertura de eventos e divulgação tempestiva de atos oficiais.

Sob o prisma administrativo, a contratação fragmentada implicaria multiplicidade de vínculos contratuais, com consequente ampliação da carga de gestão e fiscalização, incremento de custos indiretos, maior risco de descontinuidade na execução e dificuldade de coordenação entre prestadores, em



## CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

afronta direta aos princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se que, no âmbito da comunicação institucional, a tempestividade e a padronização constituem requisitos essenciais à efetividade do princípio da publicidade, consagrado no art. 37 da Constituição Federal, sendo incompatíveis com estruturas fragmentadas que gerem dependência entre fornecedores e atrasos na disponibilização das informações ao público.

Diante desse contexto, conclui-se que o parcelamento do objeto, embora teoricamente admissível, revela-se materialmente inadequado, por comprometer a unidade técnica da execução, a qualidade dos produtos gerados, a eficiência operacional e a própria finalidade pública da contratação.

Assim, a contratação em lote único configura medida necessária e juridicamente justificada, por assegurar integração técnica, responsabilidade centralizada, padronização institucional e maior controle administrativo, caracterizando-se, portanto, como a solução mais vantajosa para a Administração, em estrita observância ao disposto no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução integrada de todas as etapas relacionadas à produção e gestão de conteúdos institucionais, assegurando padronização técnica, eficiência operacional e qualidade comunicacional.

### **10. JUSTIFICATIVA PARA NÃO INCIDÊNCIA DA LEI Nº 12.232/2010**

Os serviços possuem caráter estritamente institucional e informativo, **não abrangendo planejamento publicitário, elaboração de campanhas, estratégias mercadológicas ou intermediação de veiculação de mídia.**

Dessa forma, a contratação não se subsume às hipóteses previstas na Lei nº 12.232/2010, sendo regida exclusivamente pela Lei nº 14.133/2021.

### **11. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação, busca-se:

- ampliar a transparência ativa;
- assegurar a divulgação tempestiva dos atos oficiais;



# CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

- padronizar a comunicação institucional;
- elevar a qualidade técnica dos conteúdos produzidos;
- garantir maior acessibilidade às informações públicas;
- permitir a mensuração objetiva dos resultados por meio de indicadores de desempenho.

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- elaboração do Termo de Referência;
- realização de pesquisa de preços;
- definição da modalidade de contratação;
- designação formal de gestor e fiscal do contrato.

## **13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que impactem diretamente o objeto.

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante das análises empreendidas, conclui-se pela plena viabilidade técnica, jurídica e econômica da contratação, revelando-se a solução adotada adequada ao atendimento do interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública.

Pedreira, 10 de fevereiro de 2026.

**JOÃO RAFAEL CAVENAGHI**  
**PRESIDENTE**

**CÁSSIA CRISTINA MASSUCATO**  
**AGENTE LEGISLATIVA**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**